

MAPA DE EVIDÊNCIAS
EM POLÍTICAS PÚBLICAS:
DESAFIOS E REFLEXÕES
SOBRE A METODOLOGIA

Laura dos Santos Boeira
Marcel Henrique de Carvalho
Isabella Salles
Jorge Otávio Maia Barreto
Davi Mamblona Marques Romão
Thais Lemos Duarte
Fernanda Machado Givisiez

75



Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

O Novo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: estratégias interdisciplinares para sua implantação e regulamentação

O mapeamento de evidências científicas em políticas públicas, objeto deste Caderno, é uma ferramenta prática para a identificação do conhecimento disponível, avaliação da qualidade dos estudos e da efetividade das intervenções para determinados desfechos. Ainda possibilita fortalecer a relação entre a gestão pública e as universidades visando à aplicação prática da produção acadêmica e a realização de pesquisas focadas em vazios de conhecimento.

Desenhado a partir de um levantamento colaborativo de atores-chave do campo, o **protótipo mapa de evidências para sistemas prisionais** é produto da pesquisa realizada pela bolsista do Cátedras, Laura dos Santos Boeira, e contou com o acompanhamento de Elisabete Ferrarezi pelo GNova.

O protótipo Mapa de Evidências é interativo e está disponível para consulta em **www.mapadeevidencias.org.br**

Para este Caderno, a pesquisadora convidou especialistas para ampliar a reflexão sobre evidências científicas para políticas públicas. O primeiro artigo, de sua autoria e de Marcel Henrique de Carvalho, Isabella Salles e Jorge Otávio Maia Barreto, descreve como foi feito o protótipo e debate a metodologia aplicada no Mapa de Evidências. Os dois outros artigos sobre a temática são: Políticas Informadas por Evidências: barreiras e intervenções, de Davi Mamblona Marques Romão, e Do lado de dentro: desafios relativos às pesquisas sobre prisões no Brasil, de Thais Lemos Duarte e Fernanda Machado Givisiez, que exploram as barreiras existentes ao uso de evidências científicas na formulação de políticas e discutem estratégias disponíveis para superar essas barreiras.

Com a publicação das pesquisas e dos protótipos desenvolvidos no âmbito do Programa Cátedras, a Enap almeja que os resultados gerados sejam disseminados para pesquisadores e servidores para que possam ser adaptados e utilizados tanto na resolução de problemas na gestão das organizações e nas políticas públicas como no fortalecimento da geração de conhecimento sobre o setor público brasileiro.

PROTÓTIPO DE MAPA DE EVIDÊNCIAS PARA SISTEMAS PRISIONAIS: REFLEXÕES SOBRE A METODOLOGIA APLICADA

Laura dos Santos Boeira

(Mestre em Bioética/Universidade de Brasília, diretora executiva do Instituto Veredas)

Marcel Henrique de Carvalho

(Especialista em Políticas Informadas por Evidências/Ministério da Saúde, diretor administrativo do Instituto Veredas)

Isabella Salles

(Bacharel em Gestão de Políticas Públicas/ Universidade de Brasília)

Jorge Otávio Maia Barreto

(Pesquisador em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ Brasília)

O uso de evidências científicas para apoiar a tomada de decisão na gestão pública ainda é restrito, em boa parte devido a barreiras de acesso tais como: dificuldade na compreensão da linguagem acadêmica ou de idiomas estrangeiros, falta de acesso ou familiaridade com as bases de dados acadêmicas, entre outras. O emprego de ferramentas de tradução de conhecimento¹ tem sido valorizado como um modo de superação dessas barreiras (Brasil, 2016), envolvendo um esforço conjunto entre gestores, pesquisadores e membros da sociedade civil.

Dentre essas ferramentas, a construção de mapas de evidência possibilita uma aproximação entre esses diferentes atores, disponibilizando o conteúdo da produção científica identificada de forma simplificada e objetiva. Um mapa de evidências (Snilstveit et al., 2016; Miake-Lye et al., 2016; O’Leary et al., 2017) é uma forma de organizar a produção de conhecimento disponível sobre determinado tema, onde são conduzidas buscas e seleções sistemáticas de estudos científicos, os quais posteriormente são sintetizados e categorizados em temas e desfechos de interesse.

As modalidades de mapas de evidências mais detalhadas (Miake-Lye et al., 2016; Johnson, 2015) buscam organizar os eixos de intervenção e desfecho através de perguntas relevantes ao contexto das políticas públicas, tais como: “qual o impacto da intervenção?”, “como é o seu

¹ Ferramentas de tradução de conhecimento são um conjunto de métodos para revisar e apresentar evidências científicas de uma forma simplificada, concisa e amigável a públicos não familiarizados com essa linguagem.

funcionamento?”, “em quais contextos pode funcionar?”, “qual a forma de implementação da intervenção?” e “quais são os custos reportados/qual é a relação custo/efetividade?”. Dessa forma, tanto a gestão quanto a sociedade civil podem se apropriar de intervenções com potencial de impactar desfechos relevantes para determinado tema. Demonstrando tanto os principais achados, quanto o quantitativo geral de estudos, os mapas de evidência ajudam a demonstrar vazios na produção de conhecimento sobre o tema, podendo contribuir para o direcionamento dos incentivos à pesquisa na área.

A tradução de conhecimento para políticas sociais, especialmente em áreas distintas da saúde, ainda possui desafios relacionados à articulação dos sistemas para aprendizado rápido, envolvendo as instâncias de tomada de decisão, de produção acadêmica e de participação social (Lavis, 2018). Criar ferramentas que permitam um nivelamento dos saberes e atendam às prioridades temáticas de diferentes grupos exige um processo de testagem e *feedback* similar ao desenvolvimento de produtos de inovação. Assim, o objetivo desse texto é relatar a experiência de desenvolvimento do protótipo do mapa de evidências sobre sistemas prisionais, refletindo sobre a metodologia aplicada em comparação com outras metodologias para construção dessa ferramenta de tradução de conhecimento, realizado no âmbito do Programa Cátedras ENAP, modalidade de Inovação, entre os anos de 2018 e 2019.

Tipos de mapas de evidências

Iniciativas de mapeamento de evidências, seja para visualização do quantitativo de produções científicas, seja para indicar a efetividade de intervenções em desfechos específicos têm sido desenvolvidas nos últimos 15 anos (Saran; White, 2018; Miake-Lye et al., 2016). Diversas instituições internacionais customizaram a criação de mapas de evidências para melhor atender às suas necessidades, sendo exemplos os trabalhos da Evidence for Policy and Practice Information and Co-ordinating Centre (EPPI-Centre), da Evidence Based Policing Matrix (EBPM)², da International Initiative for Impact Evaluation (3ie)³, da Campbell Collaboration⁴ e do centro What Works da University of Policing⁵, entre outros.

Cada mapa de evidências difere em termos de Sistemática, Tipo de evidência incluída, Conteúdo e Estrutura, Transparência, Exibição visual ou gráfica, Descrição/Legenda e Público-alvo para utilização. É sugerida a seguinte definição para o conceito de mapa de evidências (Saran; White, 2018, p.11):

2 CEBCP: <https://cebcp.org/evidence-based-policing/the-matrix/>

3 International Initiative for Impact Evaluation (3ie): <https://www.3ieimpact.org/evidence-hub/evidence-gap-maps>

4 Campbell Collaboration: <https://campbellcollaboration.org/evidence-gap-maps.html>

5 What Works – College of Policing: <https://whatworks.college.police.uk/toolkit/Pages/Toolkit.aspx>

Um mapa de evidências e/ou lacunas é uma apresentação [visual] sistemática da disponibilidade de evidências relevantes [de efeitos] para um domínio de política específico. A evidência é identificada por uma pesquisa que segue um protocolo de pesquisa publicado pré-especificado. Além disso, o mapa pode (ou não) ser acompanhado por um relatório descritivo para resumir as evidências para as partes interessadas, como pesquisadores, financiadores de pesquisa, formuladores de políticas e profissionais

Mesmo com a grande variação encontrada, podemos classificar dois tipos principais de mapas de evidências:

- **Mapas de lacunas (gap map)** – são aqueles destinados a uma apreciação do quantitativo de produção acadêmica sobre determinado tema, cuja apresentação/visualização privilegia um indicativo de tipo e quantidade de estudos por intervenção e desfecho observado.

- **Mapas de intervenções** – são aqueles destinados a uma apresentação resumida das principais características e dos achados de estudos relevantes a uma determinada área, aprofundando, para além das intervenções e desfechos observados, dimensões de qualidade metodológica, descrição das intervenções e públicos-alvo, entre outras informações de interesse dos usuários do mapa.

Os mapas de evidências são ferramentas úteis à: a) Pesquisa: para descrever a natureza, características e volume da pesquisa científica em uma determinada área de conhecimento e informar o desenho e as prioridades de futuras pesquisas; b) Planejamento de revisão sistemática⁶: para verificar intervenções com maior potencial de efetividade que vão guiar a pergunta da revisão sistemática; c) Identificar lacunas de evidência: para comparar as principais questões de pesquisa identificadas pelas partes interessadas com a literatura disponível; d) Financiamento: para avaliar a necessidade de fomento a pesquisas quando analisar um pedido de subsídio; e e) Decisões políticas: para informar políticas e práticas, orientar a formulação e seleção de estratégias, desenvolver uma agenda para futuras pesquisas policiais e servir como ferramenta de insumo às políticas informadas por evidências (Saran; White, 2018; Snilstveit et al., 2016; Miake-Lye et al., 2016; O’Leary et al., 2017).

Passo a passo do mapa de evidências para sistemas prisionais

O sistema prisional, no Brasil, atravessa diversos desafios relacionados ao crescimento exponencial da população carcerária e a situação precária de boa parte dos estabelecimentos penitenciários (Brasil, 2017; 2019). A tomada de decisão informada por evidências é essencial para melhorar a efetividade das políticas públicas e garantir os direitos das pessoas inseridas no contexto de justiça criminal. Todavia há importante lacuna de iniciativas voltadas à sistematização do conhecimento produzido

6 Revisões sistemáticas são estudos que usam um processo transparente e sistemático para definir uma questão de pesquisa, buscar estudos, avaliar sua qualidade e sintetizar achados qualitativa ou quantitativamente (Armstrong et al., 2011)

nessa área. A partir de mobilização de informantes-chave sobre o sistema prisional, que atuavam no âmbito da gestão, da pesquisa e da sociedade civil, foram definidos os temas principais dos mapas (a saber, saúde, educação e trabalho no sistema de justiça criminal e sistema prisional). Os mapas foram construídos a partir de pesquisas em bases de dados científicas nacionais e internacionais, entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019.

Frente aos resultados dessas pesquisas, foram selecionados os estudos que comporiam os protótipos considerando filtros de ano de realização do estudo, relevância quanto ao tema do sistema prisional e disponibilidade de texto integral na internet. Evidências científicas possuem potências e limitações - o uso dessa ferramenta deve sempre levar em conta o contexto e os atores locais. Assim, a categorização proposta dos estudos pode variar conforme foco do pesquisador - esses mapas são um primeiro protótipo cuja busca por estudos pode ser replicada e reorganizada conforme problemática local. O passo a passo seguido foi:

1. Definição e priorização de tema

Os mapas de evidências permitem a exploração mais ampla de um tema, não sendo necessário se ater a uma pergunta de pesquisa restrita. Isto posto, é recomendado delimitar, ao menos, grandes campos de interesse para guiar a busca na literatura científica. Para que o mapa seja relevante em diferentes instâncias da tomada de decisão em políticas públicas, o ideal é que seu enquadramento seja definido de forma colaborativa com diferentes atores-chave.

No caso dos mapas de evidências sobre sistemas prisionais, optou-se por convidar um grupo de pessoas-chave para informar a definição e priorização do tema, como recomendado por Lavis et al. (2009a), as quais tinham envolvimento prévio com a questão prisional, seja pela via da gestão de políticas, seja pela pesquisa ou representação na sociedade civil. Organizou-se, em setembro de 2018 na Escola Nacional de Administração Pública (Brasília/DF), uma oficina com 10 representantes de órgãos governamentais, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil relacionados ao sistema prisional.

A oficina teve quatro momentos: a) breve apresentação da proposta de estruturação de um mapa de evidências sobre sistemas prisionais; b) chuva de ideias com as participantes, guiada pela pergunta “qual(is) o(s) principal(is) problema(s) do sistema prisional no Brasil?”; c) agrupamento de problemas semelhantes para identificação de grandes temas; d) priorização colaborativa dos temas.

A partir da chuva de ideias, cada participante registrou uma série de problemas identificados em *post-its*, os quais foram agrupados por similaridade temática e renomeados pelo grupo a partir dos conjuntos de problemas formados. Dessa forma, foram temas identificados na chuva de ideias: Seletividade Penal, Racismo, Guerra às drogas, Punitivismo, Invisibilidade, Gestão da Informação, Investimento, Medidas Alternativas, Servidores

(capacitação e valorização), Políticas Intersectoriais para pessoas no sistema judicial/presas, Políticas Intersectoriais para egressos e egressas, e Assessoria jurídica.

Foram utilizados como critérios para a priorização:

- relevância do tema – o quanto o tema era relevante para as pessoas que estão no sistema prisional e o quanto o mesmo tinha destaque nas políticas públicas desse campo;
- viabilidade do mapa influenciar uma política pública – o quanto a política pública relacionada ao problema priorizado poderia ser alterada ou repensada a partir do mapa de evidências, em especial buscando entender se esse era um problema de uma política específica que poderia ser alterado ou se era um problema estrutural e multifatorial que dependeria de outras variáveis para ser melhorado;
- adequação do mapa aos dados e evidências disponíveis para cada tema – visto que o mapa privilegia evidências sobre os efeitos de determinadas intervenções, perguntamo-nos quais dos problemas elencados possuíam mais intervenções testadas e estudos publicados sobre as mesmas, de forma a não definir um tema que não possui arcabouço científico o suficiente para informar o mapa; e
- tempo de desenvolvimento x quantidade de material – considerando que o prazo para a realização do mapa foi de 06 meses, era necessário definir um tema e enfoque do mesmo que fosse compatível com os prazos disponíveis.

Assim sendo, foram selecionados os temas de **Políticas Intersectoriais para pessoas no sistema judicial ou pessoas presas e Políticas Intersectoriais para egressos e egressas (educação, trabalho e saúde)**, com a sugestão de se optar por um dos eixos de políticas caso o material fosse muito extenso.

Por fim, ressaltamos que a definição e priorização de temas em oficina presencial permite uma troca próxima entre diferentes atores-chave, a qual facilita a compreensão da equipe que vai desenvolver o mapa sobre quais elementos das evidências podem ser úteis incorporar ao material para que ele dialogue com diferentes anseios. Todavia nem sempre é possível adotar essa metodologia e há outras formas de realizar a definição e priorização de um tema:

- Utilizar revisões bibliográficas, levantando revisões sistemáticas e teorias que definem conceitualmente o problema
- Fazer pesquisas de dados (relatórios de gestão, sistemas de informação)
- Aplicar ferramenta de planejamento estratégico situacional seguida de formulação de cadeias causais do problema
- Realizar assembleias, mapeamento de experiências, conversas com atores-chave
- Ouvir opinião de especialistas, do gestor(a) principal da política e de pessoas que podem facilitar a implementação política no território

- Propor constituição de redes e/ou grupos de trabalho
- Levantar o conteúdo das manifestações em ouvidorias públicas da área de interesse
- Realizar consulta pública/consulta com comunidades
- Realizar levantamento de atores-chave relacionados à política e circular um *survey online*
- Sistematizar o conteúdo de *advocacy*/audiências públicas - identificar as agendas políticas em relação ao problema
- Fazer *clipping* de notícias sobre o tema
- Aplicar ferramentas tais como o Design Etnográfico⁷ e a Imersão Ágil⁸
- Aplicar ferramentas de priorização, tais como o framework ITN⁹ e a matriz GUT¹⁰

2. Busca na literatura e seleção de estudos

A busca de evidências para construção de um mapa de evidências ou lacunas (Saran; White, 2018) pode consultar diferentes fontes:

- Banco de dados de revisões sistemáticas
- Principais repositórios de evidências científicas
- Banco de dados acadêmicos, tais como repositórios de teses e dissertações
- Consulta às referências bibliográficas de estudos relevantes
- Busca manual

7 https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3524/4/livro-amarelo_DIGITAL.pdf

8 https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3525/4/livro-rosa_DIGITAL.pdf

9 <https://concepts.effectivealtruism.org/concepts/importance-neglectedness-tractability/>

10 <https://www.pmtech.com.br/PMP/Dicas%20PMP%20-%20Matriz%20GUT.pdf>

- Consultas a especialistas
- Sites de organizações profissionais e governamentais.

A etapa de busca de evidências para compor o mapa de evidências sobre sistemas prisionais envolveu diferentes esforços, os quais foram replicados para os grandes temas de saúde, educação e trabalho, a saber: a) busca em repositórios científicos sobre o tema; b) consulta a relatórios de gestão da área técnica que coordena o tema no governo federal; c) busca manual de publicações nas referências de artigos e em sites de organizações que pesquisam sobre o tema mas não publicam em repositórios acadêmicos.

Para a busca em repositórios científicos foi utilizada a metodologia de revisão rápida, a qual permite a aplicação de “atalhos”¹¹ para encontrar, de forma sistemática e transparente, os artigos científicos mais relevantes ao tema pesquisado. Aplicamos os seguintes “atalhos”¹² às buscas:

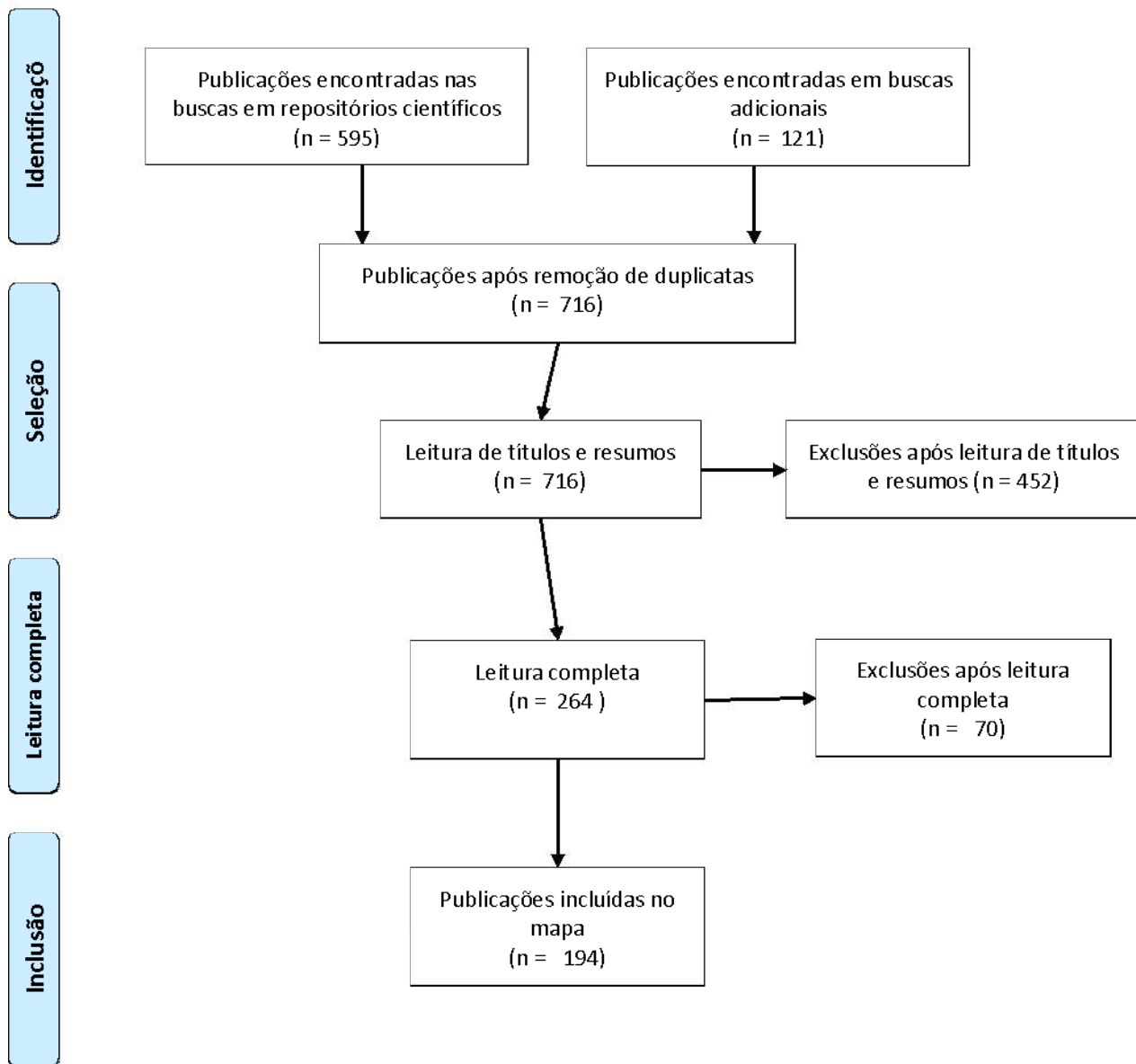
- Filtro por artigos publicados entre 2008 e 2018, de forma a obter apenas as publicações mais recentes;
- Busca limitada de publicações não disponíveis em repositórios científicos (apenas documentos da área técnica e de sites de organizações especializadas);
- Seleção e extração dos estudos realizada por apenas um pesquisador com dúvidas revisadas por um segundo pesquisador;
- Classificação simplificada da qualidade metodológica dos estudos.

11 <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5123411/>

12 <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4574114/>



FIGURA 01 – FLUXOGRAMA DAS BUSCAS E SELEÇÕES DE PUBLICAÇÕES



Fonte: autoria própria.

A escolha dos repositórios científicos envolveu a inclusão de pelo menos um repositório especializado no grande tema, um repositório especializado em revisões sistemáticas e um repositório com publicações nacionais. A estratégia de busca detalhada pode ser encontrada no Apêndice 01. Por solicitação das pessoas que participaram na oficina de definição e priorização de temas, foi decidido que o mapa incluiria desde revisões sistemáticas e avaliações de impacto de políticas até estudos primários locais, inclusive qualitativos, e relatos de caso. O principal critério de exclusão de estudos, portanto, foi a ausência, no resumo ou texto completo da publicação, de descrição sobre intervenções em saúde, trabalho ou educação no sistema prisional ou de justiça criminal, seja na dimensão dos seus efeitos, seja na dimensão de facilitadores ou barreiras de implementação das mesmas.

3. Extração e classificação dos estudos

A planilha para extração e classificação dos estudos de um mapa de evidências ou lacunas (Saran; White, 2018) pode incluir diferentes dimensões:

- Categorias de intervenção
- Categorias de desfechos/resultados
- Status do estudo: concluído ou em andamento
- Cobertura geográfica do estudo, quando aplicável
- Critérios de inclusão (pergunta PICO) das revisões sistemáticas incluídas

- Desenho do estudo primário
- Avaliação crítica da qualidade metodológica dos estudos incluídos
- Informações sobre a efetividade da intervenção
- Outras dimensões de interesse como público-alvo, custos, etc.

Dada a variabilidade de metodologias de construção de mapas de evidências, a inspiração para o protótipo foi uma mescla do modelo de mapa de lacunas (*gap map*)¹³ desenvolvido pela International Initiative for Impact Evaluation (3ie) e o modelo adotado pela instituição What Works – College of Policing, que desenvolveu um mapa de intervenções sobre redução de crimes¹⁴. Essa segunda proposta utiliza uma ferramenta de classificação de artigos científicos desenvolvida especificamente para temas de segurança pública, intitulada ferramenta EMMIE (Johnson; Tilley; Bowers, 2015), a qual buscamos adaptar para extração e classificação dos estudos encontrados em nossas buscas.

O modelo de *gap map* - mapa de lacunas - permite aos gestores e pesquisadores uma boa visualização entre cruzamentos de intervenções e desfechos/resultados observados, possibilitando identificar vazios e concentrações de pesquisas científicas. Como primeira visualização em um mapa de evidências, facilita a navegação ao disponibilizar uma visão ampliada do conteúdo do mapa e possibilitar que o usuário selecione qual conteúdo deseja se aprofundar. Já o modelo de mapa de intervenções proporciona um aprofundamento nos principais achados dos estudos e uma maior contextualização acerca das intervenções, elementos que foram valorizados pelas participantes da Oficina de Priorização e Definição dos temas do mapa.

A ferramenta EMMIE (Johnson; Tilley; Bowers, 2015) foi construída para avaliar a qualidade metodológica e extrair conteúdo de revisões sistemáticas nas seguintes dimensões:

- Efeito (se o efeito é positivo, nulo ou negativo e qual seu tamanho)
- Mecanismo (de que forma a intervenção funciona)
- Moderador (contextos onde a intervenção foi implementada)
- Implementação (condições de implementação que facilitam ou obstruem a obtenção dos efeitos da intervenção)
- Econômica (avaliação econômica da relação custo-efetividade ou custo-benefício da intervenção)

Em relação à adaptação da escala EMMIE, foram selecionadas três dimensões para compor o mapa de evidências para sistemas prisionais, a saber efeito, mecanismo e localização (adaptação da dimensão ‘Moderador’ na EMMIE). De forma complementar, decidiu-se incluir uma classificação por Público-alvo. As dimensões de Implementação e Econômica não puderam ser incluídas devido à pequena quantidade de informação sobre esses temas nas publicações. No entanto, as mesmas podem ser complementadas após, através da adoção de estratégia de consulta a atores-chave das políticas, como um *survey* ou um diálogo deliberativo¹⁵.

Dessa forma, para matriz de extração dos estudos do mapa de evidências para sistemas prisionais, foram incluídos os seguintes tópicos: a) autoria; b) título do estudo; c) foco do estudo (gestão, diagnóstico e tratamento, promoção e prevenção, implementação/alerta); d) tema do estudo (saúde, educação ou trabalho); e) objetivos; f) público-alvo; g) metodologia adotada/desenho do estudo; h) principais resultados; i) classificação simplificada da qualidade; j) países onde as intervenções do estudo foram testadas; k) ano de publicação; l) fonte (base de dados consultada); m) link; n) outras observações (posteriormente, esse campo foi utilizado para classificar a efetividade das intervenções – efeito positivo, ambíguo, negativo, alerta ou não descreve efeito).

A partir dessa planilha de extração foi possível encontrar os principais desfechos avaliados pelos estudos e agrupá-los em intervenções similares, de modo a estruturar, primeiramente, o mapa de lacunas e, a seguir, uma versão resumida dos achados foi apresentada nos mapas de intervenções.

A versão final do mapa de evidências para sistemas prisionais envolveu dividir os temas de saúde e trabalho e educação em dois mapas distintos, devido ao fato de que a maioria dos estudos sobre trabalho e educação observava os mesmos tipos de desfechos, os quais diferiam sobremaneira daqueles observados nos estudos sobre saúde.

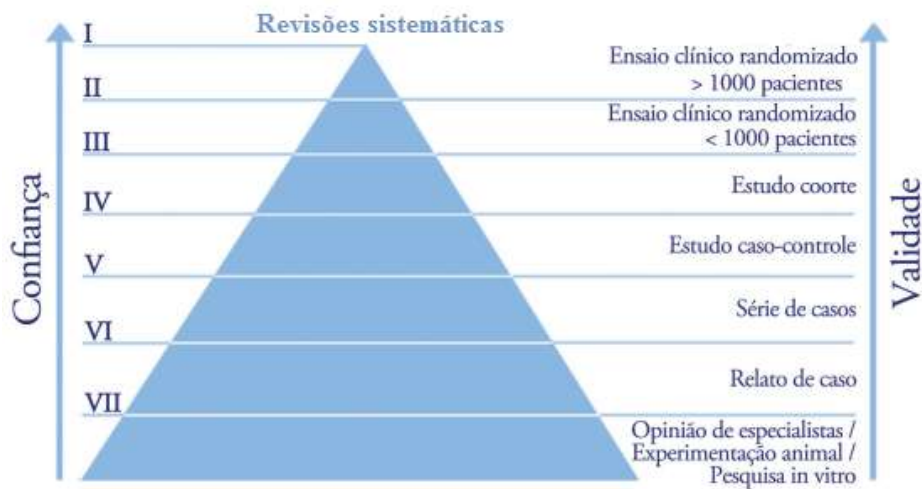
A ferramenta EMMIE também propõe uma escala numérica para avaliação dos estudos, a qual não pôde ser aplicada na versão de protótipo do mapa. Ao invés disso, foi adotada uma classificação simplificada da qualidade metodológica dos estudos, informada pelos desenhos metodológicos ordenados no modelo de “pirâmide de evidências” (Figura 01), onde os tipos de estudos situados no topo, em geral, seguem maior rigor metodológico e apresentam menor risco de viés do que aqueles na base da pirâmide. Ressalta-se que essa metodologia já está sendo revisada (Murad et al., 2016) e que, para futuros mapas, é interessante adotar outras ferramentas de avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos.

¹⁵Os diálogos deliberativos ou diálogos de política são reuniões medidas entre diferentes atores-chave que permitem que as evidências de pesquisa sejam consideradas juntamente com as visões, experiências e o conhecimento tácito daqueles que estarão envolvidos com as (ou serão afetados pelas) decisões futuras relacionadas a uma questão altamente prioritária (Lavis et al., 2009b)

¹³ <https://www.3ieimpact.org/evidence-hub/evidence-gap-maps>

¹⁴ <https://whatworks.college.police.uk/toolkit/Pages/Toolkit.aspx>

FIGURA 02 - PIRÂMIDE DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS



Fonte: Oliveira, 2010.

4. Criação e validação de legendas para o mapa





A última etapa de realização do mapa de evidências para sistemas prisionais foi o desenvolvimento de legendas, as quais são essenciais para garantir a usabilidade do mapa por diferentes atores-chave. As legendas diziam respeito ao aprofundamento proposto pelos mapas de intervenções, descrevendo as dimensões de efeito, localização, tipo de estudo e público-alvo. A questão mais desafiadora, tanto para extração e classificação, quanto para a elaboração de legendas, diz respeito à inclusão de estudos de diferentes desenhos metodológicos, os quais nem sempre apresentavam uma análise dos efeitos

observados das intervenções, mas, antes, perspectivas relacionadas à implementação ou à contextualização das intervenções no cenário brasileiro.

Em geral, esses estudos também eram os que representavam um tipo de evidência mais limitada e sua inclusão no mapa foi aceita pela demanda das participantes da oficina de que o material não se restringisse a estudos do contexto internacional e abrangesse publicações não apenas científicas, mas de produção governamental, as quais adotam características de diretrizes gerais para implementação de uma política. Foi proposta e validada, através de *survey online* com as informantes-chave, a seguinte legenda:



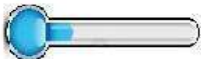



Efeito observado: diz respeito ao desfecho final da intervenção - os estudos apontam que foi um desfecho positivo? Ambíguo? Negativo? Ao ler o efeito observado, a pessoa que usa o mapa pode compreender o potencial da intervenção de funcionar ou não, ou mesmo utilizá-lo para induzir novas pesquisas.

Efeito positivo		Um efeito positivo significa que, nos estudos apresentados, a intervenção parece ter funcionado para melhorar um ou mais aspectos da dimensão estudada.
Efeito ambíguo		Um efeito ambíguo significa que, no mesmo ou em diferentes estudos apresentados, a intervenção às vezes funciona positivamente e às vezes funciona negativamente para a dimensão estudada.
Efeito negativo		Um efeito negativo significa que, nos estudos apresentados, a intervenção não parece ter funcionado para melhorar um ou mais aspectos da dimensão estudada, podendo inclusive piorá-los.
Alerta		Um resultado de alerta indica que o estudo abordou dimensões de implementação da intervenção que devem ser consideradas.
Não descreve efeito	NA	Estudos que não descrevem efeitos ou não realizam recomendações acerca de intervenções.




Público alvo: diz respeito ao grupo de pessoas que foi objeto dos estudos, ou grupo que mais se beneficiaria dos resultados dos estudos.

Pessoas em situação de vulnerabilidade	São pessoas que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade social que possa colocá-los em conflito com a Lei.
Pessoas presas	Pessoas que foram presas, serão detalhadas, sempre que possível, por sexo, idade, raça ou característica específica.
Pessoas egressas	Pessoas que estiveram presas, mas já se encontram na comunidade, serão detalhadas, sempre que possível, por sexo, idade, raça ou característica específica.
Trabalhadores	Trabalhadores do sistema prisional.
Gestores	Gestores do sistema prisional.

Tipo de estudo: diz respeito à metodologia utilizada e qual o grau de confiança que podemos atribuir às conclusões - há determinados tipos de pesquisa que nos permitem confiar mais em seus resultados devido aos cuidados metodológicos para evitar vieses e conclusões embasadas em um número limitado de dados

Evidência muito limitada		Estudos primários tais como relatos de caso, revisões de literatura, artigos de opinião, relatórios institucionais, em geral focados em práticas pontuais ou consensos de especialistas.
Evidência limitada		Estudos primários tais como estudos de coorte, ensaios clínicos randomizados, avaliações econômicas, com maior rigor metodológico, mas ainda focados em situações pontuais.
Evidência robusta		Estudos secundários tais como revisões sistemáticas não-avaliadas, que agregam ou resultados de diversos estudos primários e avaliam seus riscos de viés e forças de evidência.
Evidência muito robusta		Estudos secundários tais como revisões sistemáticas avaliadas, metanálises ou guidelines, que utilizam metodologia sistemática e transparente.

Localização: diz respeito ao local ou locais onde os estudos que informam aquela conclusão foram realizados. Nos ajuda a avaliar a aplicabilidade no contexto local.

Cidades ou estados		Os estudos foram realizados observando um ou mais números de cidades ou estados do Brasil.
País		Os estudos foram realizados observando o Brasil como um todo.
Internacional		Os estudos foram realizados observando um ou mais países do mundo.

Limitações e iniciativas futuras

A construção de um mapa de evidências para sistemas prisionais, em modelo de protótipo, enfrentou algumas limitações, as quais podem ser aprimoradas em novas versões. A primeira delas diz respeito à avaliação da qualidade metodológica dos estudos, a qual foi feita de forma simplificada, o que pode gerar algumas imprecisões na classificação dos estudos. Uma avaliação transparente, no entanto, é essencial para que as pessoas usuárias do mapa possam atribuir graus de confiança aos achados e existem diversas ferramentas já testadas para aprimorar essa avaliação (inclusive a etapa quantitativa da ferramenta EMMIE).

A identificação e inclusão de estudos nacionais também foi desafiadora, devido à grande variedade de palavras-chave adotadas nesse campo. A falta de uniformidade de classificação de estudos no campo das ciências sociais (em especial quando observamos estudos sobre educação e trabalho) torna mais difícil encontrar as publicações de forma sistemática nos repositórios, sendo necessário consultar especialistas, revisar referências de estudos de interesse e ampliar a busca para repositórios mais generalistas como o Google Scholar ou os sites de órgãos de pesquisa governamentais.

Além disso, duas dimensões de maior interesse das pessoas usuárias do mapa, a saber Implementação e Econômica, ainda são pouco estudadas e relatadas no campo de saberes sobre o sistema prisional. Como mencionado, poderia ser realizada, de forma a complementar o mapa, uma busca por evidências locais, através, por exemplo de um diálogo deliberativo (também conhecido como diálogo de política). Esses diálogos (Lavis et al., 2009b) envolvem diferentes atores-chave das políticas, permitindo que as evidências de pesquisa sejam consideradas juntamente com as visões, experiências e o conhecimento tácito daqueles que estarão envolvidos com as (ou serão afetados pelas) decisões futuras relacionadas a elas. Pode também ser úteis para identificar intervenções com maior ou menor grau de aceitabilidade pelo público.

Por fim, o protótipo do mapa de evidências sobre sistemas prisionais, envolvendo os temas de saúde, educação e trabalho, foi um exemplo de adaptação e inovação de ferramentas aplicadas em outras áreas para um campo frequentemente negligenciado na produção de conhecimento e de políticas públicas. De modo a avançar na disseminação do conteúdo, o mesmo foi transformado em uma plataforma *online*¹⁶, a qual deve ser disseminada entre os grupos de interesse. Na avaliação do protótipo, foi ressaltada a relevância desse tipo de iniciativa para agregar os esforços de tomadores de decisão, pesquisadores e sociedade civil, demonstrando a importância de avançarmos nas iniciativas de tradução de conhecimento como forma de qualificar políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Armstrong, R., Hall, B., Doyle, J., Waters, E. 'Scoping the scope' of a cochrane review. *Journal of Public Health*, 33(1):147–150, 2011. <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdr015>

Brasil. Levantamento nacional de informações penitenciárias – junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

Brasil. Levantamento nacional de informações penitenciárias – junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

Brasil. Síntese de *evidências para políticas de saúde: estimulando o uso de evidências científicas na tomada de decisão*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://brasil.evipnet.org/wpcontent/uploads/2016/07/tomada_de_Decisao_WEB_jul.pdf. Acesso em 08 fev 2020.

Johnson, S.D.; Tilley, N.; Bowers, K.J. Introducing EMMIE: an evidence rating scale to encourage mixed-method crime prevention synthesis reviews. *J Exp Criminol* 11; 459–473 (2015). <https://doi.org/10.1007/s11292-015-9238-7>

Lavis, J.N. (2018) Top Ten insights into rapid learning health- and social-systems (palestra em vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SYsbzrgb3lU>

Lavis, J.N.; Oxman, A.D.; Lewin, S.; Fretheim, A. Estabelecimento de prioridades para apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências. Em: Oxman, A.D.; Lavis, J.N.; Lewin, S. et al. SUPPORT tools for evidence-informed health policymaking (STP). *Heal Res Policy Syst* 16; 7(sup.1):S1-S13 (2009a). <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2010/PORT%20STP%203%20KO%2040510.pdf>

Lavis, J.N.; Boyko, J.; Oxman, A.D.; Lewin, S.; Fretheim, A. Organizar e utilizar os diálogos da política para apoiar a política de saúde baseadas em evidências. Em: Oxman, A.D.; Lavis, J.N.; Lewin, S. et al. SUPPORT tools for evidence-informed health policymaking (STP). *Heal Res Policy Syst* 16; 7(sup.1):S1-S13 (2009b). <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2010/PORT%20STP%2014%20KO%20060510.pdf>

Miake-Lye, I.M., Hempel, S., Shanman, R. et al. What is an evidence map? A systematic review of published evidence maps and their definitions, methods, and products. *Syst Rev* 5, 28 (2016). <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0204-x>

Murad M.H., Asi N., Alsawas M., et al. New evidence pyramid. *BMJ Evidence-Based Medicine* 21:125-127 (2016). <https://ebm.bmj.com/content/21/4/125.citation-tools>

O'Leary, B.C., Woodcock, P., Kaiser, M.J. et al. Evidence

¹⁶ www.mapadeevidencias.org.br

maps and evidence gaps: evidence review mapping as a method for collating and appraising evidence reviews to inform research and policy. *Environ Evid* 6, 19 (2017). <https://doi.org/10.1186/s13750-017-0096-9>

Oliveira, D.A.L. (2010) Práticas clínicas baseadas em evidências (módulo pedagógico). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Pr__ticas_cl__nicas_baseadas_em_evid__ncias.pdf

Saran, A.; White, H. Evidence and gap maps: a comparison of different approaches. *Campbell Systematic Reviews* 14;1 (2018). <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/cmdp.2018.2>

Snilstveit, B.; Vojtkova, M.; Bhavsar, A.; Stevenson, J.; Gaarder, M. Evidence & Gap Maps: a tool for promoting evidence informed policy and strategic research agendas. *J Clin Epidemiol* 79:120-9 (2016). <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0895435616301901>

APÊNDICE 1 – ESTRATÉGIA DE BUSCA

Estratégia de busca	Fonte	Filtro aplicado	Total de resultados	Excluídos após leitura de títulos e resumos	Incluídos para leitura completa	Excluídos após leitura completa	Total de incluídos
TRABALHO							
prison AND work AND year_cluster:("2016" OR "2013" OR "2017" OR "2015" OR "2014" OR "2012" OR "2009" OR "2011" OR "2008" OR "2018" OR "2010") AND type:("research-article")	Scielo	ano: 2008-2018	128	122	6	2	4
"employment and prison" (Public safety and justice > Probation and parole, Reintegration, Offender Diversion and Support, Sentencing, Prison administration and management, Community Corrections)	Social Systems Evidence	ano: 2008-2018	27	19	8	2	6
"trabalho"	ONASP	ano: 2008-2018	33	2	31	2	29
trabalho prisional / employment and prison	Busca manual	ano: 2008-2018	18	2	16	3	13
Total			206	145	61	9	52
EDUCAÇÃO							
(education) and (prison)	Scielo	ano: 2008-2018	76	52	24		24
education and prison (Public safety and justice > Probation and parole, Reintegration, Offender Diversion and Support, Sentencing, Prison administration and management, Community Corrections)	Social Systems Evidence		50	49	1		1
Prison	Eric	ano: 2009-2018; peer reviewed only; reports - evaluative; program effectiveness	12	11	1		1
"educação"	ONASP	ano: 2008-2018	54	24	30	6	24
educação prisão / education and prison	Busca manual		9		9		9
Total			201	136	65	6	59

Estratégia de busca	Fonte	Filtro aplicado	Total de resultados	Excluídos após leitura de títulos e resumos	Incluídos para leitura completa	Excluídos após leitura completa	Total de incluídos
SAÚDE							
((“prisons”[MeSH Terms] OR “prisons”[All Fields] OR “prison”[All Fields]) AND (“health”[MeSH Terms] OR “health”[All Fields])) AND ((systematic[sb] OR Meta-Analysis[ptyp] OR Evaluation Studies[ptyp]) AND “2008/10/05”[PDat] : “2018/10/02”[PDat] AND (English[lang] OR Portuguese[lang]))	PubMed	ano: 2008-2018 Tipo de estudo: avaliação econômica, revisão sistemática, metanálise, guidelines.	236	122	114	55	59
Prison	Health systems evidence	ano: 2008-2018	8	2	6		6
Prison	Health evidence	ano: 2008-2018	23	19	4		4
Prison	Rx for change/ CADTH	ano: 2008-2018	35	28	7		7
saúde prisional / health and prison	Busca manual		7		7		7
Total			309	171	138	55	83